

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.475.490 - SP (2019/0085601-6)

AGRAVANTE : USIPIRA INDUSTRIA DE PECAS PARA MAQUINAS
AGRICOLAS E INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADOS : FABIO ROGERIO FURLAN LEITE - SP253270
HELIO LOPES DA SILVA JUNIOR - SP262386
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por USIPIRA INDUSTRIA DE PECAS PARA MAQUINAS AGRICOLAS E INDUSTRIAIS LTDA contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundando no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.

Na origem, a Fazenda Nacional apresentou execução fiscal, a qual foi atribuído o valor de R\$ 786.322,35 (setecentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos), em março de 2017, objetivando a satisfação dos créditos tributários inscritos em dívida ativa.

Após decisão do juízo monocrático que determinou a emenda ou a substituição da CDA que lastreia o feito executivo, sob pena de extinção da própria execução fiscal, a Fazenda Nacional interpôs agravo de instrumento, o qual teve seu provimento concedido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, restando consignado o entendimento de que a mencionada certidão de dívida ativa preencheu os requisitos legais necessários para amparar a presente execução fiscal. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO PROVIDO.

- Não se verificam defeitos substanciais nas CDAs.
- A dívida, regularmente inscrita, goza de presunção relativa de liquidez e certeza.
- Não deve ser declarada a nulidade da CDA por eventuais falhas que não geram prejuízos para sua a defesa, sendo desnecessária a apresentação de memória discriminada dos créditos executados.
- Agravo de Instrumento provido.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, USIPIRA INDUSTRIA DE PECAS PARA MAQUINAS AGRICOLAS E INDUSTRIAIS LTDA interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 202, 203 e 204 do Código Tributário Nacional e 2º da Lei n. 6.830/1980.

Sustenta, em síntese, que a Certidão de Dívida Ativa que embasa a presente execução fiscal não preenche os requisitos legais, razão pela qual, deve ser determinada a substituição da mencionada CDA, sob pena de extinção do feito executivo.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após decisão que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

É irrefutável que o Tribunal de origem, ao analisar a certidão de dívida ativa que fundamenta a execução fiscal ora em apreço, consignou expressamente, à fl. 162, que todos os requisitos legais obrigatórios foram preenchidos pelo aludido documento, senão vejamos:

Deste modo, não se verificam defeitos substanciais nas CDAs. Nelas se verificam o devedor, indicando de forma clara o débito exequendo, seu valor originário, o termo inicial, além da forma de cálculo dos juros e correção monetária. Apura-se também a origem da dívida, sua data, bem como a fundamentação legal que sustenta a cobrança dos acréscimos, o número de inscrição e o processo administrativo correlato.

Nesse contexto, se o Tribunal de origem, com base no conjunto probatório dos autos, consignou que a CDA possui os requisitos necessários para a sua validade, apresenta-se inviável a aferição da irregularidade de tais requisitos, tendo em vista a vedação do reexame do conjunto probatório no âmbito do recurso especial. Incide na hipótese, a vedação contida no enunciado sumular n. 7/STJ.

Nesse sentido, confirmam-se:

TRIBUTÁRIO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE COISA JULGADA. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS N. 7 E 283 DA SÚMULA DO STJ. ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - A aferição da certeza e liquidez da Certidão da Dívida Ativa - CDA, bem como da presença dos requisitos essenciais à sua validade, conduz necessariamente ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, medida inexequível na via da instância especial, por incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

II - A Corte de origem afastou a alegação de necessidade de extinção da execução por compensação com os seguintes fundamentos: "somente as decisões que a executada trouxe como respaldo, em razão da compensação autorizada e não comprovada, não têm o condão de destituir o título executivo.

Significa dizer que a matéria necessita de prova quanto à ausência de liquidez e certeza do título, remetendo as partes para a discussão em sede de embargos de devedor". Os fundamentos não foram impugnados pela parte agravante em seu recurso especial, fazendo incidir o enunciado n. 283 da Súmula do STJ, segundo o qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

III - Quanto à compensação do indébito tributário, o Tribunal de origem certificou que a documentação juntada pela parte não seria hábil a demonstrar a certeza e liquidez dos créditos. E, rever esse entendimento, a fim de acolher a pretensão recursal, em exceção de pré-executividade, requer necessariamente uma nova incursão na seara fático-probatória dos autos, o que é vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

IV - A incidência do enunciado n. 7 para inadmissão do recurso especial pela alínea a do permissivo constitucional impossibilita a análise da alegação de divergência jurisprudencial.

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1021659/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 24/05/2017)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO INTERNO. REQUISITOS DA CDA. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo interno, dado o caráter manifestamente infringente da oposição, observado o disposto no art. 1.024, § 3º, do CPC/2015.

2. "Para verificar se a Certidão da Dívida Ativa - CDA, preenche ou não os requisitos essenciais à sua validade, torna-se necessária a incursão no conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ" (AgInt no AREsp 917.381/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14/9/2016).

3. Embargos de declaração conhecidos como agravo interno, ao qual se nega provimento.

(EDcl no AREsp 1039876/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 15/05/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator